

EDUCAÇÃO SEXUAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: O ESTADO DO CONHECIMENTO NOS DOCUMENTOS CURRICULARES NACIONAIS E OS DESAFIOS DO TRABALHO DOCENTE

Yuri Antunes da Silva

Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba.
Abaetetuba, Pará, Brasil,

E-mail: yuriantunes178@gmail.com

Jadson Fernando Garcia Gonçalves

Faculdade de Educação e Ciências Sociais, Campus de Abaetetuba-UFPA.
Abaetetuba, Pará, Brasil.

E-mail: jadsonfggoncalve@gmail.com

RESUMO:

O trabalho trata da temática educação sexual na escola, com foco nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e os novos desafios que se apresentam aos professores em seu trabalho docente. A partir de utilização de metodologia qualitativa de análise documental e técnica de análise de conteúdo, o texto toma como objeto de estudo documentos curriculares nacionais para verificar as transformações históricas que ocorreram em tais documentos a respeito da temática sobre educação sexual para os Anos Iniciais e o modo como estas transformações implicam de forma direta no trabalho docente. O trabalho objetiva, de modo geral, analisar os desafios e perspectivas do trabalho docente na abordagem da educação sexual nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a partir de documentos curriculares nacionais. Como conclusão, o trabalho para a necessidade urgente de investimento na formação docente, garantindo que os professores tenham conhecimentos teóricos e metodológicos para trabalhar a educação sexual de forma segura, respeitosa e alinhada aos direitos das crianças. Além disso, a implementação de políticas públicas que reforcem o papel da escola como espaço de proteção e esclarecimento pode contribuir significativamente para que a educação sexual seja incorporada de maneira responsável e coerente no currículo escolar.

Palavras-Chave: Educação sexual. Ensino Fundamental. Documentos Curriculares. Trabalho docente.

Introdução

O trabalho docente é um dos pilares essenciais do processo educacional formal na medida em que o professor é uma figura central para a formação integral dos educandos. Com as transformações históricas do trabalho docente, a atuação docente expandiu-se para além da mera organização do ensino e passou a incorporar funções que envolvem acolhimento, escuta ativa e cuidado, sobretudo nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Esses novos papéis exigem que o educador esteja preparado para lidar com temáticas que, historicamente, foram consideradas tabus no ambiente escolar, como é o caso da educação sexual. É importante ressaltar que este trabalho analisa o conceito de educação sexual a partir da perspectiva de que tal conceito compreende a discussão e inserção de assuntos onde é abordado o corpo humano, incluindo a compreensão “[...] da anatomia e fisiologia dos órgãos sexuais, as transformações corporais durante a puberdade, o ciclo menstrual e a reprodução humana, além de aspectos relacionados à higiene íntima e cuidados com o corpo” (Vilas Boas; 2025; p. 15).

No contexto dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental o cuidado com a educação sexual de crianças adquire contornos mais específicos, pois trata-se de uma etapa em que a criança está em pleno processo de desenvolvimento físico, emocional e social.

Desde a década de 1990, políticas educacionais brasileiras buscam normatizar o tratamento da educação sexual nas escolas através de documentos curriculares, como é caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (Brasil, 2013) e da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017).

Por serem documentos de natureza curricular e que tiveram e trazem impactos diretos na definição de objetos de conhecimentos a serem ensinados nas escolas, estes três documentos são objeto de nossa atenção neste trabalho, especialmente o recorte sobre a discussão da educação sexual nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na medida em que esta possui impacto direto no trabalho docente em sala de aula.

É interessante ressaltar que no marco histórico, o tema educação sexual foi diretamente associado ao público adolescente, especialmente com foco em prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e gravidez precoce. Entretanto, percebe-se que a abordagem da temática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é essencial para promover a consciência corporal, o autocuidado e a proteção contra abusos, tornando-se, assim, uma dimensão indispensável da formação cidadã.

Sob tal perspectiva, este trabalho busca investigar como a educação sexual é concebida e orientada nos documentos curriculares nacionais, com ênfase em suas transformações nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013) e na BNCC (2017), além de refletir sobre os desafios enfrentados pelos docentes na implementação dessa temática nos Anos Iniciais.

Nesse sentido o objetivo geral deste trabalho é: analisar os desafios e perspectivas do trabalho docente na abordagem da educação sexual nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a partir de documentos curriculares nacionais. Como objetivos específicos busca-se:

identificar nos documentos curriculares as orientações sobre o trabalho com a temática da educação sexual na educação básica; compreender as transformações e avanços na abordagem da educação sexual nos documentos curriculares oficiais; refletir sobre o papel do professor na mediação da temática da educação sexual nos Anos Iniciais.

O atual documento curricular brasileiro, isto é, a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) aponta para a importância de que os alunos conheçam seus corpos, desenvolvam autoestima, aprendam a respeitar os próprios limites e convivam com a diversidade. Devido a esta disposição de assuntos observa-se que a discussão sobre o tema é presente, porém ainda pode estar sendo abordada de forma tímida nos documentos curriculares, e assim maiores investigações sobre o tema são necessárias.

Além da necessidade de maiores debates sobre o tema da educação sexual é necessário também refletir sobre a atuação do docente, considerando que a formação inicial de parte dos docentes em cursos de licenciatura muitas vezes não contempla o debate aprofundado sobre a educação sexual, gerando insegurança e receio quanto ao tratamento da temática em sala de aula. Tendo em vista esses desafios, nosso trabalho propõe-se a responder: Como o estado do conhecimento presente nos documentos curriculares nacionais influencia os desafios do trabalho docente na abordagem da educação sexual nos Anos Iniciais?

Como graduados em Pedagogia e atuante no meio acadêmico, observamos que a discussão sobre educação sexual na infância ainda encontra resistência entre profissionais da educação e estudantes em formação. Em especial, enquanto homens em um curso predominantemente feminino, percebemos que o tema suscita desconfortos, tabus e interpretações equivocadas, muitas vezes limitadas a aspectos relacionados aos órgãos genitais ou à ideia de ato sexual, desconsiderando sua amplitude e importância conceitual.

Por meio de estudos e reflexões sobre a temática, compreendemos que a educação sexual não se limita à sexualidade em si, mas abarca conhecimentos sobre o corpo, afeto, saúde, prevenção, cultura e relações de respeito. Entender tais dimensões é fundamental para que docentes possam atuar com ética, preparo e sensibilidade diante de situações que envolvam o cuidado e a proteção da criança.

Assim, o presente justifica-se por buscar contribuir para a formação docente crítica, promovendo o debate acadêmico e oferecendo subsídios teóricos que fundamentem práticas pedagógicas responsáveis e coerentes com os direitos da infância e com os princípios educacionais preconizados pelos documentos curriculares atuais.



Metodologia

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa e documental, com o objetivo de realizar uma aproximação ao estado do conhecimento sobre a abordagem da educação sexual nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a partir da análise das transformações dos principais documentos curriculares nacionais a respeito do tratamento da educação sexual nas escolas: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017.

É importante ressaltar que segundo Brandão, Baeta e Da Rocha (1983, p. 7), o Estado da Arte, ou do Conhecimento busca “realizar levantamentos do que se conhece sobre um determinado assunto a partir de pesquisas realizadas em uma determinada área”. Assim as análises deste trabalho se darão com base na identificação de recorrências temáticas, conceituais e discursivas nos documentos, com foco especial na inserção da temática da educação sexual nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Os dados foram coletados por meio do levantamento dos documentos oficiais disponíveis nos portais do Ministério da Educação (MEC) e de outras fontes governamentais. O critério de seleção baseou-se na relevância dos documentos para a formulação e consolidação das diretrizes curriculares brasileiras voltadas à educação básica. Nesse sentido foram eleitos os três documentos curriculares citados anteriormente, que são relevantes para a política educacional e curricular brasileira. O uso do Estado da Arte busca auxiliar a pesquisa a “[...] rever caminhos percorridos, portanto possíveis de serem mais uma vez visitados por novas pesquisas, de modo a favorecer a sistematização, a organização e o acesso às produções científicas e à democratização do conhecimento” (Silva; Souza; Vasconcelos; 2023; p. 2).

Os documentos curriculares foram analisados mediante o procedimento de análise de conteúdo, conforme proposta de Bardin (2011), que permite a categorização dos dados em unidades temáticas, favorecendo a interpretação dos sentidos atribuídos à educação sexual ao longo do tempo, presentes nos documentos. A análise orientou-se por questões norteadoras, tais como: quais termos e conceitos sobre sexualidade aparecem nos documentos? Quais competências e habilidades relacionadas são previstas? Que transformações ocorreram nas propostas curriculares entre as décadas?

Educação sexual na escola: conceitos e abordagens

REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Partimos da perspectiva de que a educação sexual na escola deve ser compreendida como um processo pedagógico tendo em vista a formação integral dos sujeitos, promovendo o autoconhecimento, o respeito às diferenças e a construção de valores éticos e sociais. Nesta perspectiva a discussão sobre educação sexual atravessa campos de conhecimentos que ultrapassam a mera transmissão de informações sobre questões biológicas, envolvendo dimensões afetivas, sociais, culturais e políticas da sexualidade (Fiorini, 2020).

Convém ressaltar que na visão de Louro (1997), a sexualidade é uma construção histórica e social, a qual é manifestada nas relações humanas e nas formas de expressão do corpo. Nesse viés, a escola, que é um espaço de socialização e formação cidadã, deveria assumir a responsabilidade de abordar a temática de forma crítica, reflexiva e inclusiva.

Durante o percurso histórico o tema sexualidade foi visto como um tabu imerso em concepções morais e preconceitos, visando cercear crianças, adolescentes, jovens e mulheres e reprimir a curiosidade, dúvidas e incertezas e perspectivas sobre o assunto em questão. Esse pensamento, que ainda é presente em parte das camadas sociais da sociedade, está diretamente ligado à dificuldade dos familiares em lidarem com o assunto sobre sexualidade, ou a discussão sobre a educação sexual na medida em que o tema sexo está atado à realidade da sociedade a qual liga sexualidade como ato obsceno, proibido, sujo e pecaminoso.

A discussão sobre a inclusão de questões referentes à sexualidade no currículo escolar começa a tomar forma no Brasil no início do século XX, “[...] como resultado das influências das concepções médico-higienistas do século XIX. Nesse cenário o foco era o combate à masturbação e às doenças venéreas, além do preparo da mulher para ser esposa e mãe” (Bueno; Ribeiro; 2018, p. 50).

Sua inserção no ambiente estritamente escolar ocorreu somente na segunda metade da década de 1990, através da consolidação das políticas curriculares nacionais pelo Ministério da Educação (MEC), especificamente materializado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em que houve a contemplação de temáticas específicas, apresentados como “Temas Transversais”, e não como matérias ou áreas do conhecimento. Dessa forma, dentre os “Temas transversais” encontram-se “Pluralidade Cultural”; “Meio Ambiente”; “Saúde”; além de “Orientação Sexual”, que, por sua vez, ao ser incluído no currículo escolar, institui a questão da sexualidade na escola, no Ensino Fundamental” (Fiorini, 2020, p. 33).

É interessante ressaltar que a discussão sobre a educação sexual é essencial, na medida em que educar sexualmente não se refere a discutir apenas sexualidade, mas sim que as crianças possam aprender sobre saúde, direitos, proteção e outras questões importantes. Sob tal perspectiva:

Dado o caráter social da sexualidade é imprescindível que todos os educadores estejam envolvidos na adoção de uma perspectiva mais abrangente de sexualidade e possam ter uma postura mais aberta de escuta e trabalhar com os educandos: respeito, interesse, motivação e interação (Argenti; Milani, 2017, p. 213).

Nesse sentido, na visão crítica da educação sexual, Paiva (2008) e Vieira (2014), apontam a necessidade de superar o modelo biologicista e higienista, ainda presente em muitas práticas escolares. Para estes estudiosos deve ser abordada a perspectiva crítica com a proposta de que haja o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, o combate a estigmas e preconceitos e a valorização do protagonismo infantil na construção de saberes sobre o corpo, o cuidado e os direitos humanos.

Nesse sentido, Fiorini (2020) destaca que a inserção da sexualidade no currículo escolar brasileiro ganhou força com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que propuseram a transversalidade do tema. No entanto, a autora observa que, na prática, essa proposta ainda enfrenta resistências, tanto por parte de gestores quanto de docentes, muitas vezes por falta de formação adequada ou por influências de valores morais e religiosos.

Há a necessidade de investir em políticas públicas que garantam a formação continuada dos professores e a construção de práticas pedagógicas que promovam uma cultura de prevenção, respeito e equidade nas relações de gênero e sexualidade:

Consentimento e limites pessoais, destacando o direito ao controle sobre o próprio corpo, a autonomia sexual e a necessidade de respeito aos limites dos outros são aspectos relacionados à afetividade e às relações interpessoais e fazem parte da educação sexual, promovendo o reconhecimento e a expressão saudável de emoções e sentimentos, a construção de relacionamentos baseados em respeito e confiança, e principalmente contra a prevenção de abusos e violência (Vilas Boas, 2025, p. 15).

Para Sousa e Nascimento (2022), a visão da sexualidade como um assunto exclusivamente adulto precisa ser desconstruída, pois a educação sexual na infância contribui para o desenvolvimento da identidade, do autocuidado e da compreensão das relações interpessoais.

Dessa forma, a educação sexual na escola deve ser entendida como um direito das crianças e adolescentes, conforme preconizado pelos marcos legais nacionais e internacionais, e como uma estratégia fundamental para a promoção da saúde, da cidadania e da proteção contra violências. Para isso, é imprescindível que os educadores estejam preparados para mediar esse processo com sensibilidade, conhecimento e compromisso ético.

Documentos curriculares nacionais e educação sexual nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental



A educação sexual na escola tem sido objeto de debates e transformações ao longo das últimas décadas, refletindo mudanças sociais, culturais e políticas. No Brasil, os documentos curriculares nacionais desempenham um papel fundamental na definição das diretrizes para a abordagem da sexualidade e educação sexual no ambiente escolar. Entre os principais marcos normativos, destacam-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013) e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017).

Os PCNs de 1997 foram pioneiros ao introduzir a educação sexual como um tema transversal, ou seja, um conteúdo que deveria ser abordado de forma interdisciplinar, permeando diferentes áreas do conhecimento. No entanto, a abordagem proposta ainda era tímida e centrada na prevenção de doenças e gravidez precoce, sem aprofundar questões relacionadas à identidade de gênero, diversidade sexual e afetividade. Segundo Fiorini (2020), essa limitação reflete o contexto sociopolítico da época, em que a sexualidade infantil era vista como um tema sensível e controverso.

Mais à frente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013) ampliaram a compreensão do currículo escolar, reconhecendo a escola como um espaço de promoção de direitos e valores humanos. Esse documento reforçou a necessidade de uma abordagem mais ampla da sexualidade, incluindo aspectos culturais, sociais e psicológicos. No entanto, a implementação dessas diretrizes variou significativamente entre as redes de ensino, sendo influenciada por fatores como formação docente, resistência de comunidades escolares e políticas educacionais locais.

Por fim, na atualidade, a Base Nacional Comum Curricular (2017), tem sido alvo de críticas por parte de pesquisadores e profissionais da educação, que apontam para a necessidade de um tratamento mais direto da temática, garantindo que crianças tenham acesso a informações adequadas sobre seus corpos, emoções e relações interpessoais.

Assim apesar dos avanços normativos, a implementação da educação sexual nas escolas brasileiras ainda enfrenta desafios significativos. Estudos como o de Rodrigues (2020) e Mendes (2021) indicam que muitos professores não se sentem preparados para abordar o tema, seja por falta de formação específica, seja por receio de reações negativas por parte de pais e gestores escolares. Além disso, a ausência de diretrizes mais detalhadas na BNCC contribui para a insegurança dos docentes, que muitas vezes evitam tratar da sexualidade infantil de maneira aprofundada.

Outro aspecto relevante é a exclusão da temática da sexualidade nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na BNCC, o que impacta diretamente o ensino de Ciências e outras áreas

do conhecimento. A falta de diretrizes claras sobre como abordar a sexualidade na infância pode levar a interpretações equivocadas e à perpetuação de tabus, dificultando a construção de um ambiente escolar seguro, informativo e educativo para as crianças.

Dessa forma, a evolução dos documentos curriculares demonstra um movimento gradual de reconhecimento da importância da educação sexual na escola, mas também evidencia lacunas que precisam ser preenchidas para garantir uma abordagem mais consistente e eficaz. A formação docente, o desenvolvimento de materiais pedagógicos adequados e o fortalecimento de políticas públicas são aspectos essenciais para que a educação sexual nos Anos Iniciais seja tratada de maneira responsável e alinhada às necessidades das crianças.

A análise dos documentos curriculares brasileiros revela um percurso de evolução gradual nas abordagens da sexualidade, embora ainda marcado por silenciamentos e lacunas. Desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997) até a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), observa-se uma tentativa de inserir a educação sexual no contexto escolar, mas sem uma abordagem sistemática e estruturada.

Os PCNs de 1997, especialmente o tema transversal sobre orientação sexual reconhece a importância da orientação sexual como parte da formação integral dos estudantes, destacando que a escola deve ser um espaço de informação e reflexão sobre o tema.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013) destacam que a educação sexual deve ser trabalhada de forma articulada com outras áreas do conhecimento, promovendo o desenvolvimento de competências socioemocionais e a valorização da diversidade.

Com a Base Nacional Comum Curricular (2017), observa-se um avanço na linguagem inclusiva e na valorização da diversidade. O documento enfatiza a importância do respeito às diferenças e da construção de relações saudáveis, mas a educação sexual permanece diluída em competências gerais, sem uma abordagem explícita e estruturada.

Essa ausência tem sido alvo de críticas por parte de pesquisadores e profissionais da educação, que apontam para a necessidade de um tratamento mais direto da temática, garantindo que crianças tenham acesso a informações adequadas sobre seus corpos, emoções e relações interpessoais.

Educação sexual no contexto escolar e o trabalho docente

A educação sexual no contexto escolar é um tema que envolve múltiplas dimensões, incluindo aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais. No caso da educação infantil, essa abordagem deve ser conduzida de maneira sensível e adequada ao desenvolvimento das crianças, promovendo o autoconhecimento, o respeito ao próprio corpo e a construção de relações saudáveis. Segundo Teixeira e Gallego (2024), a educação sexual na infância não se limita à transmissão de informações sobre reprodução, mas abrange também questões como identidade, afetividade e prevenção de abusos.

A escola, como espaço de socialização e formação cidadã, desempenha um papel fundamental na construção de conhecimentos sobre sexualidade. No entanto, a abordagem da educação sexual na infância ainda enfrenta desafios, especialmente devido a tabus e resistências culturais. Conforme apontado por Sayão e Bonfim (2011), muitos docentes sentem insegurança ao tratar do tema, seja por falta de formação específica, seja por receio de reações negativas por parte das famílias.

A perspectiva teórica da educação sexual infantil pode ser analisada a partir de diferentes abordagens pedagógicas. A abordagem biologicista, historicamente predominante, foca na explicação dos aspectos fisiológicos da sexualidade, como anatomia e reprodução. Embora essa abordagem seja importante, ela é insuficiente para contemplar a complexidade do tema. Já a abordagem psicossocial, defendida por autores como Kupfer (2007), considera a sexualidade como um fenômeno que se manifesta desde a infância e está diretamente relacionado à construção da identidade e das relações interpessoais.

Além disso, a abordagem crítica da educação sexual, proposta por Louro (1997), enfatiza a necessidade de desconstruir estereótipos e promover uma visão ampla da sexualidade, que inclua diversidade de gênero, respeito às diferenças e autonomia corporal. Essa perspectiva é essencial para que a escola cumpra seu papel na formação de cidadãos conscientes e preparados para lidar com questões relacionadas à sexualidade ao longo da vida.

O trabalho docente na educação sexual da infância exige preparo e sensibilidade. Os professores devem atuar como mediadores do conhecimento, criando um ambiente seguro e acolhedor para que as crianças possam expressar suas dúvidas e reflexões. Segundo Fiorini (2020), a formação inicial dos docentes ainda apresenta lacunas no que diz respeito à educação sexual, sendo necessário investir em capacitações que abordem tanto os aspectos teóricos quanto as estratégias pedagógicas para tratar do tema de forma adequada.

Outro ponto relevante é a necessidade de políticas públicas que garantam a implementação da educação sexual nas escolas de forma estruturada e respaldada por documentos curriculares. A BNCC (2017) menciona a importância do conhecimento do corpo

e da construção de relações saudáveis, mas não apresenta diretrizes claras sobre como os professores devem abordar a sexualidade na infância. Essa ausência de orientação pode gerar insegurança entre os docentes e resultar em práticas pedagógicas fragmentadas ou até mesmo na omissão do tema.

A educação sexual na infância deve ser compreendida como um direito das crianças e uma responsabilidade da escola. Para que essa abordagem seja efetiva, é fundamental que os docentes recebam suporte institucional, materiais pedagógicos adequados e formação continuada. Somente assim será possível garantir que a educação sexual contribua para o desenvolvimento integral dos alunos, promovendo o respeito, a autoestima e a prevenção de situações de vulnerabilidade.

Conclusões

Este trabalho objetivou analisar os desafios do trabalho docente na abordagem da educação sexual nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a partir da evolução dos documentos curriculares nacionais. Para isso, foram investigados os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica de 2013 e a Base Nacional Comum Curricular de 2017, buscando compreender as transformações conceituais e estruturais na forma como a sexualidade é tratada no currículo escolar.

No decorrer do estudo percebeu-se que, embora a educação sexual tenha sido reconhecida nos documentos curriculares como um tema importante para a formação integral dos estudantes, sua abordagem permanece pouco presente e é apresentada de forma fragmentada. Observa-se que os Parâmetros Curriculares Nacionais foram pioneiros ao incluir a sexualidade como um tema transversal ainda na década de 1990, entretanto, restringiram sua abordagem a partir da visão higienista e preventiva, sem considerar aspectos sociais e culturais.

Adiante, com as Diretrizes Curriculares de 2013, temos a ampliação dessa perspectiva, com o reconhecimento da escola como um espaço de formação cidadã e promovendo uma visão mais inclusiva da sexualidade, embora sem a implementação consistente em todas as redes de ensino. A Base Nacional Comum Curricular de 2017, por sua vez, trouxe avanços no reconhecimento da diversidade e das competências socioemocionais, mas continuou sem tratar a educação sexual de forma direta e estruturada, deixando lacunas que dificultam seu desenvolvimento efetivo em sala de aula.

Diante dessa análise, foi possível responder aos objetivos do estudo. Identificou-se nos documentos curriculares que a educação sexual, embora presente, não é suficientemente detalhada para garantir um tratamento pedagógico seguro e eficiente por parte dos docentes. As transformações sobre educação sexual ao longo dos anos nos documentos demonstram avanços conceituais na aceitação da sexualidade e da educação sexual como temas educativos, mas ainda há resistências que dificultam sua aplicação efetiva no contexto escolar. O papel do professor foi evidenciado como fundamental para a mediação da temática, no entanto, muitos docentes ainda enfrentam desafios como falta de formação adequada, receio de reações negativas da comunidade escolar e ausência de políticas públicas mais estruturadas.

Com base nos achados do estudo, entende-se que há necessidade urgente de investir na formação docente, garantindo que os professores tenham conhecimentos teóricos e metodológicos para trabalhar a educação sexual de forma segura, respeitosa e alinhada aos direitos das crianças. Além disso, a implementação de políticas públicas que reforcem o papel da escola como espaço de proteção e esclarecimento pode contribuir significativamente para que a educação sexual seja incorporada de maneira responsável e coerente no currículo escolar.

Por fim, este estudo destaca que a educação sexual nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental não deve ser vista como um tema secundário ou controverso, mas sim como um direito das crianças e um dever da escola. Fortalecer essa abordagem significa promover saúde, respeito, autonomia e proteção contra abusos, aspectos essenciais para a formação de cidadãos críticos em uma sociedade democrática.

Referências

ARGENTI, Paula Camila; MILANI, Débora Raquel Da Costa. Educação sexual e docência: as relações de gênero, a diversidade e a sexualidade dentro da escola. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, v. 19, n. 2, p. 212-223, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRANDÃO, Zaia; BAETA, Anna Maria Bianchini; DA ROCHA, Any Dutra Coelho. **Evasão e repetência no Brasil**: a escola em questão. Ed. 1. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/BRAEER>. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: [BNCC – MEC](#). Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília:

MEC/SEB, 2013. Disponível em: [Diretrizes Curriculares Nacionais – gov.br](http://DiretrizesCurricularesNacionais.gov.br). Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: [Parâmetros Curriculares Nacionais – MEC](http://ParâmetrosCurricularesNacionais-MEC). Acesso em: 12 jun. 2025.

Bueno, R. C. P., e Ribeiro, P. R. M. (2018). História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira De Sexualidade Humana**, 29(1), 49–56. Disponível em: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v29i1.41>. Acesso em: 15 de jun. 2025.

FIORINI, J. S. **Educação sexual na escola: currículo e práticas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. Disponível em: Educação sexual na escola. Acesso em: 12 jun. 2025.

KUPFER, M. C. **Psicanálise e educação: o desejo de saber e a educação sexual**. São Paulo: Escuta, 2007.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MENDES, C. **A transversalidade da educação sexual na BNCC: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2021.

PAIVA, V. **Sexualidade e educação: desafios para a escola contemporânea**. São Paulo: Cortez, 2008.

RODRIGUES, A. **Educação sexual e currículo: desafios e perspectivas na escola brasileira**. São Paulo: Cortez, 2020.

SAYÃO, D.; BONFIM, M. **Educação sexual na infância: desafios e possibilidades**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, Anne Patricia Pimentel Nascimento da; SOUZA, Roberta Teixeira de; VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. **Educação**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1-12, set.-dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2020.3.37452>. Acesso em: 16 de junho de 2025

SOUSA, M.; NASCIMENTO, R. **Educação sexual na infância: desafios e possibilidades no contexto escolar**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

TEIXEIRA, F.; GALLEGOS, R. **Sexualidade e infância: reflexões sobre a prática docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

VIEIRA, E. **Educação sexual e diversidade: caminhos para uma abordagem crítica**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

VILAS BOAS, Paola Moraes. **Educação sexual nas escolas brasileiras: uma análise teórica e integral**. 2025. 20f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2025.